

## TURISMO E DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO DO ARQUIPÉLAGO DE BAZARUTO EM MOÇAMBIQUE

Francisco Fransualdo de Azevedo<sup>1</sup>; Verónica Cecílio Chiundila<sup>2</sup>

---

### RESUMO

A presente pesquisa baseia-se numa aproximação sobre a essência das abordagens contemporâneas acerca do desenvolvimento problematizando o papel do turismo, e a necessidade e de melhorias das condições de vida da comunidade local, discutindo também o papel das políticas públicas e das ações do Estado. Traz-se uma reflexão sobre os indicadores sociais com base em fatores que influenciam e condicionam o desenvolvimento. Problematiza-se o turismo como atividade econômica, mas também como um fenômeno socioespacial mediado pela influência do mercado, cuja força das empresas visam essencialmente à acumulação do capital mundializado. O estudo focaliza uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise bibliográfica e documental, dialogando com autores que abordam as políticas públicas na contemporaneidade, bem como autores que problematizam o turismo e o desenvolvimento, especialmente aqueles que sinalizam para a valorização das pessoas e dos grupos sociais. Para empirizar o debate teórico foi trabalhado um questionário direcionado à gestão do Parque Nacional do Bazaruto, bem como se utilizou da análise de dados de fontes oficiais, sejam de instituições estatais ou empresas. Depreende-se que as grandes empresas atuam na regulação do espaço, ocupando os lugares privilegiados, cuja rede de empreendimentos turísticos, localizados na orla marítima usam (e abusam) o território, em contraposição às comunidades locais, relegadas à vulnerabilidade e exclusão social, as quais não praticamente não usufruem da riqueza que o território dispõe. A estas (comunidades), resta ascender através da resistência e da luta por meio de forças participativas articuladas no território, buscando contrapor as forças e ações hegemônicas do mercado.

Palavras-chave: Turismo; Território; Desenvolvimento; Arquipélago de Bazaruto; Moçambique

---

### INTRODUÇÃO

O turismo como vetor de desenvolvimento desempenha um papel importante quando se toma em consideração as relações sociais que se determinam na prestação de bens e serviços estruturados na sequência produtiva do turismo, sobretudo quando os bens e serviços são produzidos localmente, ou seja, servir-se do turismo para a diversificação da economia pode assegurar inúmeras vantagens além da geração de emprego, pode propiciar: o aumento de arrecadação de impostos, a diversificação das atividades econômicas articulando variados setores de atividades, a preservação ambiental e o desenvolvimento local quando se destaca a mão-de-obra e o produto local, sendo essa a lógica do turismo na vertente do desenvolvimento socioeconômico endógeno.

Porém, a dinâmica do turismo se relaciona ao estabelecimento de metas, diretrizes e estratégias que orientam o desenvolvimento e apoiam o monitoramento territorial da atividade sendo a condição para uma possível matriz exequível na composição das políticas públicas.

As políticas públicas mediam a execução de qualquer atividade proveniente da relação de diversos agentes de uma determinada sociedade, seja de índole social, econômico, político ou ambiental, portanto

---

<sup>1</sup> Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado – Geografia e Turismo) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: ffazevedo@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Turismo pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: veronicacchiundila@gmail.com

o turismo é influenciado essencialmente pela teoria de desenvolvimento relacionada a política projetada no contexto globalizado que nos encontramos.

Dado que o turismo se incorpora no âmbito capitalista, e “foi projetado como atividade para responder a crise econômica industrial global e à ampliação da acumulação do capital” (Coriolano, 2006, p.60) e posteriormente deu-se ênfase aos benefícios econômicos e sociais para as comunidades, pensando num horizonte de atenuação da pobreza particularmente nos países subdesenvolvidos, é importante perceber a estrutura do desenvolvimento projetado no determinado território. É também fundamental considerar a esfera mercadológica como instrutiva da vida econômica e social apesar de ser apontada pelo consumismo estimulado pela exploração de bens e serviços dispostos no decorrer da atividade turística.

O turismo favorece certos territórios na formação de uma estrutura relativa ao espaço que as classes e grupos sociais ocupam na sociedade, ainda que existam os aspetos negativos, dada pela dinâmica do turismo despertar de diferentes formas o interesse das diferentes classes sociais, “de criar, transformar e inclusive de valorizar diferencialmente espaços que podiam não ter valor no contexto da lógica de produção” (Nicolás, 1996 *apud* Cruz, 2002, p.17).

Entretanto a inserção do turismo num contexto de aceleração do crescimento econômico com vista a reduzir a pobreza, aumentar o nível de renda da população através da geração de emprego e captação de investimentos turísticos associados ao potencial de recursos naturais e culturais existentes bem como na melhoria de infraestruturas para a atração de turistas, é notável no contexto moçambicano. O que não se confirma na prática, tendo em vista o aumento das desigualdades e vulnerabilidade da população em áreas que se encontram em franco processo de turistificação, a exemplo das comunidades estudadas no arquipélago de Bazaruto.

O Ministério da Cultura e Turismo, nos dá a entender que em relação as contrariedades naturais (ciclones, cheias, secas) e sociopolíticas, a economia continuou a ser umas das mais dinâmicas e em 2015 registou uma taxa de 4,1% de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao turismo impulsionado principalmente pelo investimento direto estrangeiro (IDE).

Neste artigo, se pretende problematizar o processo de desenvolvimento do turismo no arquipélago de Bazaruto enquanto destino turístico, através dos seguintes objetivos específicos:

- Entender a relevância das políticas públicas no turismo, percebendo a forma de organização institucional e local;
- Auferir o processo de desenvolvimento relacionado à atividade turística, considerando os planos estratégicos, as políticas públicas e a política das empresas no processo de uso do território pelo turismo.

## MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho se estrutura com base numa análise qualitativa, fundamentada numa abordagem teórica, bem como análise de informações documentais sobre o turismo, globalização, território e desenvolvimento. Nesse contexto, a base fundamental da análise aporta-se em autores como: Milton Santos para se discutir o território e o uso deste pelo turismo; ademais, aporta-se na teoria de desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen e no enfoque do desenvolvimento à escala humana de Max-Neef; a política e o plano estratégico para o desenvolvimento do turismo com base em fontes documentais do Estado moçambicano, bem como a aplicação de um questionário junto à gestão do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto - Moçambique.

Ao problematizar teoricamente o desenvolvimento, constata-se que uma aceção foi exposta por volta dos anos 1960 associada à noção de crescimento econômico que se distanciava dos aspectos da melhoria das condições de vida da população face às questões sociais, trazendo uma lógica abstrata na concepção de desenvolvimento, às vezes distorcendo a realidade em sua essência.

Visto que o desenvolvimento possui um caráter multidimensional, variadas abordagens foram debatidas com enfoque ao nível de vida da população, mensuradas por diferentes itens como o emprego, a renda, o acesso aos serviços básicos, a expectativa de vida, o meio ambiente, a democracia que na perspectiva da presente pesquisa, não se pretende reduzir o desenvolvimento a uma abordagem econômica.

Assim, este estudo opta pela abrangência dos diversos fenômenos, com a ideia de *desenvolvimento como liberdade* de Amartya Sen pautada na liberdade em relação a ação e a capacidade (*capabilities*)<sup>3</sup> dos indivíduos, ou seja, se considera a vida que as pessoas valorizam e são capazes de levar a partir das possibilidades de escolha através dos *meios* para o alcance dos *fins* de desenvolvimento concernente a liberdade dos indivíduos agirem por si.

“Essas capacidades podem ser expandidas pela política pública mas também, por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas da população” (Sen, 2010, p.33).

Ora, a possibilidade de uma sociedade ser avaliada tendendo ao êxito ou fracasso é uma medida avaliatória para verificar se houve o aumento da liberdade das pessoas e a outra razão é referente à iniciativa individual e à eficácia social onde a livre de condição de agente do indivíduo contribui para o desenvolvimento. A condição de agente reflete um indivíduo como membro do público, ativo na

---

3 São combinações alternativas de funcionamentos que um indivíduo é capaz de fazer ou ser. Trata-se da liberdade do indivíduo escolher o estilo de vida que pretende (Sen, 2010, p.105). E funcionamentos (functionings) são uma série de ações que a pessoa faz ou considera importantes de realizar.

sociedade, que contribui para participação e ordenação das ações econômicas, sociais e políticas. Essas são as duas razões de importância crucial da liberdade individual no conceito de desenvolvimento, relacionadas a avaliação e eficácia foram apresentadas por Sen (2010)”.

Sen (2010) expõe dois papéis para a expansão da liberdade no processo de desenvolvimento: o papel constitutivo, *o fim* do desenvolvimento, que corresponde a importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana relacionada às capacidades e as liberdades básicas dos indivíduos.

E o papel instrumental, *o meio* do desenvolvimento, que “concerne no modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos (*entitlements*)<sup>4</sup> contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim para a promoção do desenvolvimento” (Sen, 2010, p.57).

Face ao exposto Sen (2010) nos apresenta cinco tipos de liberdades instrumentais que estabelecem uma correlação no sentido de apresentar uma importância conjunta e contribuem para a liberdade global que as pessoas têm para viver como desejariam, ou seja, contribui para a capacidade geral de um indivíduo viver mais livremente.

Destarte, são considerados os seguintes tipos de liberdade: 1) *as liberdades políticas* - tratam-se dos direitos civis que o cidadão exerce de modo democrático, a possibilidade de decisão de escolha dos governantes de acordo com os seus princípios, possibilidade de fiscalizar e criticar as autoridades, liberdade de expressão, etc.; 2) *as facilidades econômicas* - são as oportunidades que as pessoas possuem para utilizar os recursos econômicos disponíveis com propósitos de consumo, produção ou condições de troca; 3) *as oportunidades sociais* - são as possibilidades que uma determinada sociedade oferece aos indivíduos para que possam ter uma vida melhor. Refere-se a facilidades sociais, a exemplo da educação e a saúde que permitem a condução da vida privada e participação efetiva das pessoas em ações econômicas e políticas; 4) *as garantias de transparência* refere-se ao grau de confiança entre os indivíduos, a liberdade de lidar um com os outros com sinceridade incluindo as garantias de clareza e confiança que possuem um papel essencial na inibição da corrupção, irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas, seja na esfera pública assim como na privada e 5) *segurança protetora* - são os benefícios que visam a proteção de uma determinada sociedade, garantidos por uma rede de segurança social, com vista impedir que a população seja afetada pela pobreza extrema e conseqüentemente, em algumas situações podendo levar à morte.

Considerando a inter-relação dos tipos de liberdade apresentadas, tendo em vista uma abordagem no âmbito do turismo, as liberdades políticas estritas da capacidade participativa e autonomia da população, que podem ser por meio de associações e comitês locais, ajudam a promover as facilidades econômicas nas formas de oportunidade de participação na coleta de receitas provenientes da atividade

---

4 Refere a intitamentos, o conjunto de pacotes de bens que um indivíduo pode dispor mediante canais legais a ele facultados.

turística, colaborando na melhoria de condições de vida da comunidade mediante as oportunidades sociais na expansão de bens e serviços básicos, o acesso ao emprego e o subemprego, educação e saúde, por outro lado facilitam na participação econômica, garantias de transparência e segurança protetora.

Contudo quando há rompimento de uma das liberdades instrumentais, torna-se a população frágil incorrendo a situações de vulnerabilidade que afetam nas decisões e promoção das políticas públicas para o aumento das capacidades das pessoas e liberdades substantivas, onde “a privação de liberdade econômica na forma de pobreza extrema pode tornar a pessoa uma presa indefesa na violação de outros tipos de liberdades” Sen (2010, p. 23).

Querendo olhar para as associações e comitês de gestão, com enfoque ao arquipélago do Bazaruto, existem no arquipélago 2 Associações comunitárias e 1 Comité de Gestão dos Recursos Naturais, sendo “*Thomba Yedhu*” na Ilha de Bazaruto, “*Khanbi Kwedho*” na Ilha de Benguerua e comité de Gestão de Magaruque na Ilha de Magaruque. As mesmas foram criadas com o objetivo de executarem os fundos dos 20% consignados das receitas do Turismo, taxa advinda da disponibilidade por parte dos empreendimentos turísticos, cedidas às referidas associações para a aplicação em ações de ordem social, conforme abordamos, estas são as oportunidades econômicas que influenciam nas facilidades sociais. Estas associações e o comité de gestão podem direta ou indiretamente contribuir para o bem-estar da população local, entretanto estas dependem das disposições econômicas, sociais e políticas.

Porém, a fraca canalização e o desembolso irregular das taxas provenientes das receitas arrecadadas pelos empreendimentos turísticos trás descontentamentos na comunidade local, além de desentendimento entre as partes integrantes da comunidade no que tange ao destino exato dos fundos geridos, isto é, há uma preferência pela aplicação em infraestruturas sociais ou em renda familiar. Também, a articulação num todo dos diversos intervenientes ou seja da comunidade, finanças e os empreendimentos turísticos acontece de modo delongado (Cossa, 2016).

Diante disso, os fins e meios do desenvolvimento requerem que a perspectiva da liberdade seja o cerne. As pessoas devem ser envolvidas de forma ativa na decisão dos próprios destinos e não apenas como beneficiárias passivas dos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas (Sen, 2010).

Outra visão de desenvolvimento que iremos abordar está relacionada ao *desenvolvimento à escala humana* de Max-Neef (1998) que refere a fatores inerentes ao incremento de potencialidades do ser humano, a autonomia e a satisfação das necessidades primordiais, relacionada a articulação advinda das relações sociais atendendo a incidência dos processos globais ao local, a relação da sociedade civil e Estado e a assimilação dos recursos naturais e técnico-científicos, que não se dissocia das abordagens de Amartya Sen (2012).

De acordo com Max-Neef (1998) a economia convencional se diferencia do desenvolvimento à escala humana que se aborda por estar presente o marco ecológico, a estrutura institucional, a existência de grupos sociais e sua conexão entre o econômico e o político, assim como o âmbito cultural que dá sentido ao imaginário social radical, a totalidade que compreendem a relação entre os seres humanos com a natureza e a história.

De igual modo, para a compreensão de uma realidade, Max-Neef (1998) nos remete a questionar diante de desafios, o que é visível ou somos capazes de visualizar, e tornar visível o que é possível, facilitando a criação de alternativas para as comunidades através da compreensão estrutural de atividades a partir das necessidades humanas básicas que se articulam pela existência de grupos sociais que exercem uma função sistêmica na relação com a natureza, a história, a economia e a política.

Daí a possibilidade das relações sociais no território ocorrerem de forma fragmentada que concorre para as heterogeneidades, dependentes das necessidades diversas que o ser humano tem atinentes as condições sociais determinadas pela existência de desigualdades, sobre o que é prioritário para um indivíduo ou grupo em relação ao outro. Ora vejamos que mesmo com a existência de associações locais no arquipélago de Bazaruto em Moçambique, as relações ocorrem de forma descontínua pelas diversidades decorrentes das variações de renda familiar, escolaridade e da convivência social existente.

Apesar de o turismo poder impulsionar o crescimento econômico, remete-nos também a pensarmos na real tendência de gerador de desenvolvimento no sentido amplo. Ou seja, na prática esse processo se apresenta limitado e segregador social e espacialmente. Também os fundamentos do papel do Estado na qualidade de estimulador de programas e soluções criativas pensando na autodependência e articulação orgânica das comunidades com vista a garantir a organização local e a incidência das ações que começam de baixo para cima, ou seja, do local ao global, o nível de participação e de princípios das pessoas como atores de participação econômica e social, atores ativos dotados de potencial que devem ser gradualmente descobertos ou estimulados.

Destarte, o turismo em Moçambique teve notoriedade com a criação do Ministério do Turismo<sup>5</sup> no ano 2000, época em que garantiu a direção, formulação e consolidação de políticas e estratégias específicas do turismo, por conseguinte a aprovação de um leque de regulamentos responsáveis pela normatização do turismo, assim como o modo de pensar no turismo nas variadas vertentes como a econômica, social, cultural e ambiental, ainda que destacado a econômica. Assim, foram traçados programas das áreas de conservação transfronteiriças, programa Arco Norte, o programa do hotel

---

<sup>5</sup> Fundido e criado em 2015 o Ministério da Cultura e Turismo.

Kapulana e o programa Âncora, o programa de microcrédito, entre outros que tendem a responder as ordens mercadológicas com discurso social, porém para um determinado segmento e classe social.

O programa Âncora que visa impulsionar o investimento no sector do turismo em Moçambique através do desenvolvimento de projetos em locais determinados por áreas de desenvolvimento de projetos turísticos; programa Arco Norte abarca a preservação do meio ambiente e iniciativas transversais com vista a atração de investidores no turismo com tendências de aumento de receitas e postos de emprego e posicionamento do turismo em Moçambique num dos destinos de classe mundial; programa hotel Kapulana com objetivo de construir empreendimentos hoteleiros com a marca Kapulana pelos distritos do país, priorizando os que possuem carência de alojamento, os aspetos paisagísticos e os corredores de desenvolvimento, de acordo com as disponibilidades da instituição financiadora de modo a melhorar as condições de alojamento e o programa de microcrédito com vista a proporcionar ao empresário nacional um apoio financeiro com taxas de juro baixas comparativamente as instituições bancárias.

Ora, quando a população local não se encontra emancipada são marcadas pelas diversas barreiras na identificação de suas capacidades e de meios para o alcance de certos benefícios. Supondo que um determinado cidadão seja dotado de capacidades de abstração e apreensão de habilidades para o desenho de projetos que devam gerar retorno financeiro e que beneficiem a esfera local, este deverá dispor de alguns ativos, ou seja bens para a possível penhora como requisito para a garantia de devolução do incentivo auferido como funciona a lógica de financiamentos para a capacidade de manutenção dos fundos e propagação de novos financiamentos encontraremos impossibilidades pelas disposições econômicas, seja pela confiança entre as pessoas e também sociais. Tratamos de programas que visam beneficiar diretamente o empresariado e indiretamente a população local, onde são marcados pelos condicionamentos resultantes dos meios disponíveis para o alcance do desenvolvimento.

O atual Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo (2015-2024) dispõe de portfolio de projetos de desenvolvimento designados: a estância turística da praia do Wimbe, marginal de Vilanculos, campanha de gestão da marca Moçambique, capacitação do setor público, campanha do turismo doméstico, a agência do turismo e a Rambla de Maputo que tende a trazer um padrão importado. Recorremos a uma necessidade de se questionar constantemente a que desenvolvimento se refere a imagem, as empresas ou as pessoas? Referimos ao desenvolvimento de o quê e para quem?

O desenvolvimento como liberdade assim como à escala humana transmitem que o desenvolvimento não se restringe apenas à indicadores quantitativos. Outro exemplo que tange na colocação do turismo na vertente meramente competitiva, quando os dados da *Travel & Tourism Competitiveness Report 2017* por meio da WEF - *World Economic Forum* (2017) reportam que em Moçambique o turismo no ano de 2017 promoveu a chegada de 1.552.000 turistas internacionais em que os recibos de

entrada de turistas internacionais arrecadaram 192,8 milhões de dólares, conforme nos aponta pode-se tomar como um dos recursos, mas é essencial considerar a influência destes indicadores na qualidade de vida da população aliada a expansão das capacidades humanas que se relacionam às necessidades fundamentais dos seres humanos.

As necessidades que dependem do contexto, do tempo e do local, se interrelacionam e podem ser vistas de diferentes níveis. De acordo com Max-Neef (1998), as necessidades humanas são satisfeitas em três contextos: a) em relação a si mesmo (*Eigenwelt*); b) em relação com o grupo social (*Mitwelt*); e c) em relação ao meio ambiente (*Umwelt*).

Nesta ocasião, podemos considerar o desemprego inserido nos três contextos acima referidos interagindo com inúmeros fatores, sendo que cria uma série de desequilíbrios humanos tendendo a resultar frustrações e perda de autoestima do indivíduo podendo perturbar totalmente o sistema de necessidades fundamentais devido aos problemas de subsistência, o indivíduo vai se sentir menos e menos protegido; crises familiares e sentimentos de culpa podem destruir relacionamentos emocionais, a falta de participação acomodará sentimentos de isolamento e provocará a crise de identidade.

Max-Neef (1998) aborda que o desenvolvimento se refere às pessoas e não aos objetos, eis a razão de se propor uma visão não apenas quantitativa mas a concepção de indicadores qualitativos com vista a identificar as reais necessidades dos indivíduos, necessidades estas que atuam de um modo taxonômico como instrumento de política e de ação que variam de acordo com determinado contexto.

Assim, Max-Neef (1998) nos propõe uma taxonomia pluridimensional e operacional de desenvolvimento que satisfaz os requisitos que devem ser declarados conforme as necessidades humanas no contexto histórico e cultural de uma determinada sociedade. Recomenda também que toda a taxonomia deve ser considerada provisória, aberta e sujeita a alterações na medida em que surgem novas razões ou evidências para fazê-las. Para a formulação da taxonomia devemos respeitar os seguintes requisitos:

- a) A taxonomia deve ser compreensível: as necessidades listadas devem ser facilmente reconhecíveis e identificadas como próprias.
- b) A taxonomia deve combinar amplitude com especificidade: um pequeno número de necessidades claramente enunciadas (uma palavra para cada necessidade), mas capaz de criar um universo em seu conjunto um universo suficientemente amplo para qualquer necessidade fundamental vivida pode se referir a ele.
- c) A taxonomia deve ser operacional: para todo satisfatório existente ou pensável, uma ou mais das necessidades enumeradas aparecerão como uma necessidade objetiva do satisfatório. O que se deve



pretender é que a taxonomia torne possível a análise da relação entre as necessidades e as formas pelas quais elas se satisfazem.

d) A taxonomia deve ser potencialmente crítica: não basta que a taxonomia remeta satisfatórios a necessidades. Também é necessário ser capaz de determinar as necessidades para as quais não há satisfatórios desejáveis ou satisfatórios que destroem ou inibem a realização de necessidades.

e) A taxonomia deve ser potencialmente propositiva: na medida em que é crítica e capaz de detetar deficiências na relação entre satisfatórios disponíveis e necessidades vividas, a taxonomia deve servir de alicerce para pensar em uma ordem alternativa capaz de gerar e promover satisfatórios para as necessidades de todas as pessoas - e de toda a pessoa - e substituir satisfatórios excludentes, que sacrificam algumas necessidades, para outros, mais compreensivos, que combinem a satisfação de várias necessidades.

Está patente uma matriz proposta pelo autor que pode ser formulada mediante a cultura de indivíduo, considerando o seu tempo, o seu lugar ou circunstâncias, de acordo com suas limitações ou aspirações. Logo, Max-Neef (1998) em relação às necessidades distingue as categorias existenciais (Ser – atributos pessoais ou coletivos. Ter – instituições, normas, mecanismos, ferramentas, leis. Fazer – ações pessoais ou coletivas que podem ser expressos como verbos. Estar – espaços e ambientes) e as categorias axiológicas (subsistência, proteção, afeto, compreensão, participação, lazer, criação, identidade e liberdade).

É necessário captar as necessidades, os satisfatórios e bens económicos num sentido amplo, em que se releva as necessidades humanas fundamentais como atributos essenciais, ou seja potencialidades humanas individuais e coletivas que estão relacionadas com a evolução; os satisfatórios como os modos de ser, ter, fazer e ser de carácter individual e coletivo que se relacionam com as estruturas; e os bens económicos como objetos que permitem afetar a eficiência e estão relacionados a conjuntura.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Moçambique<sup>6</sup> é um país localizado na costa oriental da África Austral, limitado a norte pela Tanzânia, a noroeste pelo Malawi e Zâmbia, a oeste pelo Zimbábwe, a leste banhado pelo oceano Índico, e a sul e sudoeste pela África do Sul e Suazilândia. Possui uma superfície de 799 380 km<sup>2</sup> e uma costa de 2515 km que se estende no sentido no sentido Norte-Sul, tornando o país uma posição estratégica que propicia a circulação marítima de bens e mercadorias dos países como Malawi, Zimbábwe, Zâmbia e Suazilândia (Figura 1).

---

<sup>6</sup> Foi antiga colónia portuguesa e tornou-se independente desde 25 de Junho de 1975.

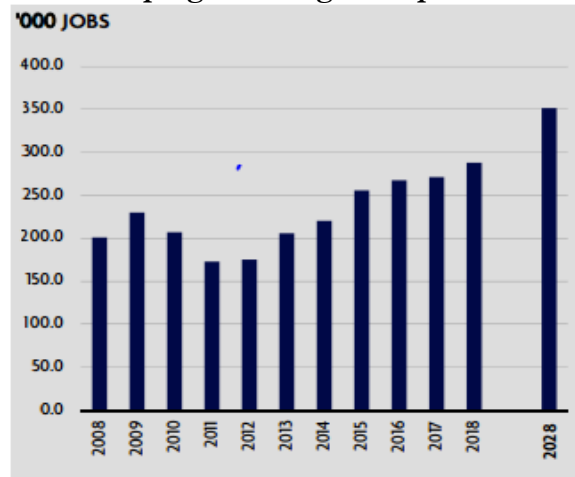
**Figura 1: Moçambique : mapa de limites fronteiriços**

Fonte: Zeca, 2017.

De acordo com o INE - Instituto Nacional de Estatística (2017) nos resultados preliminares do censo populacional 2017, Moçambique possui um total de 28 861 863 habitantes, dos quais 15 061 006 mulheres e 13 800 857 homens, e conforme a PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2015), a expectativa de vida é de 55,1 anos, que dentre 188 países ocupa a 180ª posição o que atesta níveis acentuados de pobreza e desigualdade. Do ponto de vista ambiental, o país é banhado pela costa litorânea do Índico e possui como potencial para o turismo, a natureza, praias e ilhas paradisíacas além do património histórico e cultural, que contribuíram para a constituição do turismo como um dos vetores econômicos importantes além da agricultura, energia e infraestruturas. Em 2017 o Turismo em Moçambique contribuiu para a geração de 271.500 empregos diretos e com a projeção de aumentar para 352 mil empregos em 2028. Ainda que as estimativas apontem para crescimento verificasse que houve diminuição nos anos de 2011, 2012, evoluindo lentamente nos anos subsequentes (Figura 2), devido a situações de confronto político-militar, dívida externa, e pelos reflexos da crise mundial, que condicionam a vida social e económica. Contudo, é importante considerar que isso não é suficiente para

consolidar um processo de desenvolvimento amplamente consolidado, já que leva-se em conta principalmente indicadores de renda e receitas para o Estado e empresas.

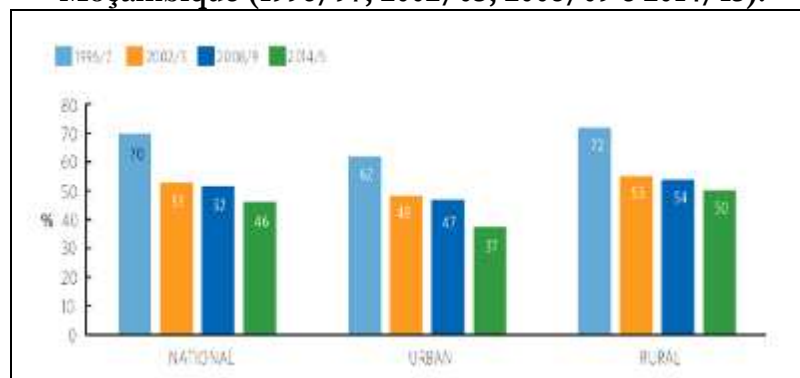
**Figura 2: Gráfico ilustrativo de emprego direto gerado pelo turismo em Moçambique (2018)**



Fonte: WTTC, 2018.

De acordo com os documentos oficiais do governo moçambicano, bem como pelas estimativas da Organização Mundial do Turismo, o fluxo turístico de visitantes tende a continuar crescendo no país nos próximos anos. No entanto, uma análise mais acurada dos indicadores sociais nos permite afirmar que essa mesma tendência não é acompanhada pelas melhorias das condições de vida da população, haja vista a notória desigualdade social presente no território moçambicano, o que pode se explicar pelo universo populacional vivendo abaixo da linha de pobreza no período recente (Figura 3).

**Figura 3: Gráfico ilustrativo sobre a população que vive abaixo da linha de pobreza em Moçambique (1996/97, 2002/03, 2008/09 e 2014/15).**



Fonte: Ministério da Economia e Finanças (2016) apud UNFPA (2017)

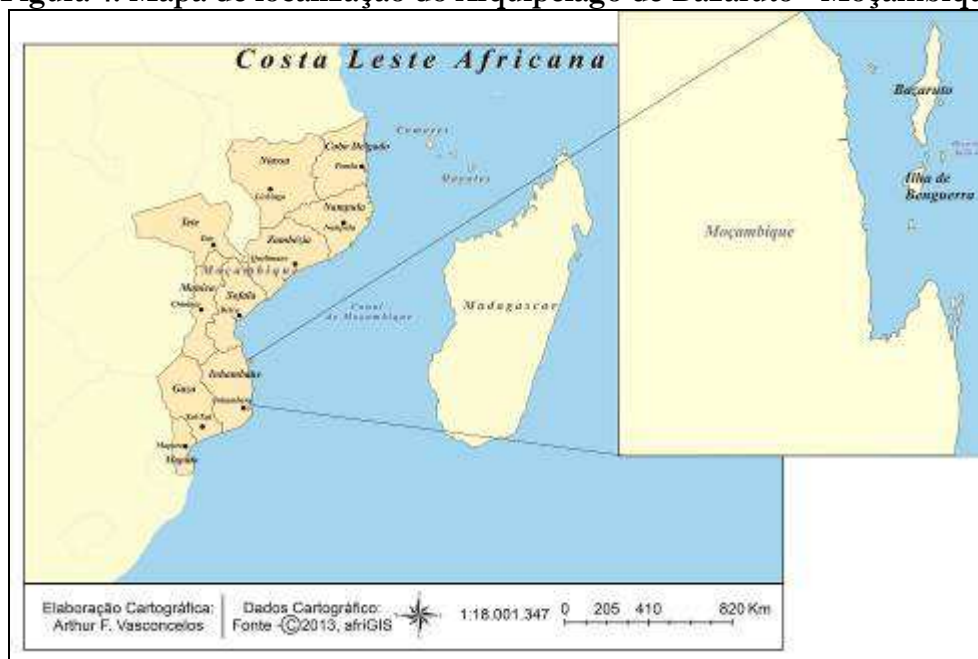
O gráfico evidencia um expressivo número de pessoas que vive em situação de pobreza, tanto no espaço rural, quanto no espaço urbano, inclusive com índices mais complexos no espaço rural. Outro

indicador que chama a atenção é que no período analisado (quase duas décadas) as mudanças são quase insignificantes diante da gravidade do problema.

Não obstante o cenário de desigualdade e pobreza que assola a maior parte da população moçambicana destaca-se, por outro lado, o potencial turístico que o país e o território estudado apresentam, a exemplo do que se observa na Província de Inhambane, incluindo o Arquipélago de Bazaruto. Este localiza-se na parte sul de Moçambique, na Província da Inhambane. É composto por 5 Ilhas, nomeadamente: Bazaruto, Benguerra, Magaruque, Santa Carolina e Bangue e localiza-se ao longo da costa do Oceano Índico, na província de Inhambane (Figura 4).

O arquipélago de Bazaruto se constitui num polo de turismo por possuir atratividade e potencial para o crescimento PEDTM (2015). O arquipélago encontra-se protegido no quadro legal de um parque nacional do arquipélago de Bazaruto, criado em 1971 com o objetivo principal de garantir a conservação dos dugongos e tartarugas marinhas que incluem os corais das ilhas que o constitui, o que torna uma área marinha de destaque para o turismo internacional.

**Figura 4: Mapa de localização do Arquipélago de Bazaruto - Moçambique**

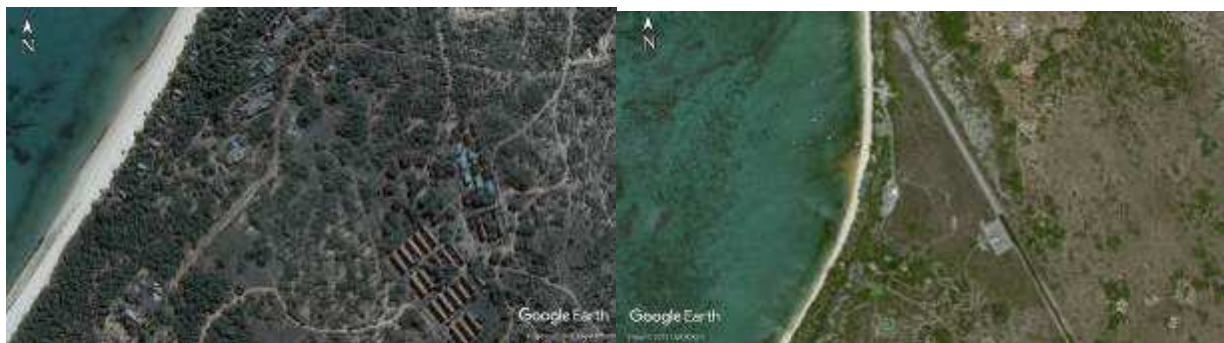


É notório o uso do território pelo turismo nesse espaço, cujo potencial abrange desde o turismo cultural, o turismo de natureza, dentre outros potenciais e atrativos (Figura 5). No entanto, observa-se que o processo de turistificação em curso atualmente restringe-se basicamente ao turismo de sol e praia, haja vista o potencial existente, mas, sobretudo pelos interesses e intencionalidades do mercado turístico altamente globalizado, o que evidencia um processo de estrangeirização do território estudado.

**Figura 5: Fotos de Praias do Arquipélago de Bazaruto – Moçambique (2012)**

Fonte: Arquivo dos autores (2012). Foto: Fransualdo Azevedo(2012).

Ao visitar o arquipélago com o olhar de um pesquisador social observa-se o contraste entre a riqueza e a pobreza, pois não faltam imagens, cenários, objetos técnicos e bens que atestam a luxuosidade e o poder econômico das empresas e dos turistas que usam o território das praias desse arquipélago, mas em contraste com as condições de pobreza e vulnerabilidade da população autóctone, a qual se encontra geralmente desempregada ou subempregada. Inclusive, parte da rede de hotéis traz consigo a mão-de-obra, a exemplo de empreendimentos estrangeiros oriundos da África do Sul. É de se destacar ainda que a Ilha principal, Bazaruto, que dá nome ao arquipélago, dispõe de um aeroporto que é usado, sobretudo por empresários e turistas estrangeiros endinheirados que usufruem das condições que o território oferece (Figura 6). Esses aspectos evidenciam um notório processo de uso e apropriação da riqueza que o território oferece intrínseco ao processo de reestruturação do capital mundializado, mas em detrimento do desenvolvimento territorial à escala humana e como estímulo às liberdades e capacidades dos autóctones.

**Figura 6: Aerofotos de alguns objetos técnicos e infraestruturas presentes no território do Arquipélago de Bazaruto – Moçambique (2012)**

Fonte: Extraído de Google Earth, 2018.

**A mundialização do capital e a reestruturação do território no contexto turístico moçambicano: um olhar sobre o Arquipélago de Bazaruto**

O turismo emergiu como atividade econômica em meados do século XIX e ocupa um importante papel no conjunto das relações e políticas econômicas e insere-se na dinâmica da mundialização do capital como atividade de expansão do capital industrial, concorrente do capital financeiro, que comanda cada vez mais os serviços e as formas de repartição e destinação das riquezas apropriando-se de vários territórios (Coriolano, 2006).

Nesse sentido, verifica-se no período recente (desde o pós-guerra nos anos 1940) um intenso processo de mundialização das forças produtivas capitalistas, processo esse também abordado e concebido como de globalização. Nesse contexto de mundialização do capital na contemporaneidade, o turismo é um dos vetores que mais diversifica e intensifica fluxos em todo o mundo, com forte capacidade de transformação dos lugares onde se aloca. No mundo subdesenvolvimento tal processo apresenta-se fortemente atrelado ao papel dos Estados e das políticas públicas engendradas no sentido de fomentar e/ou organizar a atividade (AZEVEDO et. All, 2012). Em geral, esse processo no mundo subdesenvolvido é marcado por muitas contradições que vão desde o aumento do custo de vida para as populações autóctones, apropriação do solo, geração de fixos para garantir fluxos turísticos, aumento do subemprego, descaracterização da paisagem e da cultura, da produção (pesqueira, por exemplo), enfim, agravamento das condições de pobreza e desigualdade.

Conforme Santos (2004) o apogeu do processo de internacionalização do mundo capitalista, marcado por um meio em que a técnica, a ciência e a informação possibilitaram a fluidez do dinheiro, dos materiais, da cultura, das ideias e dos homens pelos territórios, ou seja, pela existência de facilidades criadas, a comunicação entre as diversas esferas, ao movimento do capital, das pessoas e da disseminação do conhecimento. A emergência de uma unicidade técnica, da convergência dos momentos e de uma unicidade do motor da vida econômica e social são a base do fenômeno de globalização e das transformações contemporâneas do território caracterizando-o em uma história técnica e social abrangente de novos modos de fazer, onde o movimento local das técnicas deixa de ser somente horizontal e é influenciado, pelas verticalidades.

Destarte, consideramos o território compartimentado e fragmentado, onde deverá prevalecer o acontecer solidário, mas também se encontram barreiras de parâmetros exógenos advindos da ação do homem, onde os agentes hegemônicos sendo os mais poderosos reservam as melhores porções do território ocupando as áreas costeiras transformando-as em luminosas e deixando a *hinterland* os espaços do interior, opacos, ou seja, menos prestigiados, para os sujeitos não hegemônicos, tendo em vista a valorização do dinheiro investido na estruturação do espaço que se valorizam com tais fluxos.

Assim, a globalização é conducente a uma relação entre a influência global e a local, através das verticalidades caracterizadas por confrontos de interesses, em que a influência externa dominada pelos

atores hegemônicos, tende a definir as modalidades internas de ação, tomando o papel de regulação do espaço a favor dos empreendimentos turísticos.

As materialidades advindas com o turismo denotam o próprio uso do território, haja vista a incidência de investimentos de grupos hoteleiros internacionais hegemônicos. Nesse contexto, nota-se, inclusive que o processo de aquisição dos serviços e gestão das reservas dos empreendimentos turísticos se dá fora do espaço onde estes estão alocados. Logo, concentram uma linha de receitas para os países de origem, a exemplo da África do Sul e Portugal, onde decorrem as reservas de alojamento turístico da maioria dos empreendimentos mencionados (Quadro 1).

**Quadro 1 - Empreendimentos turísticos do Arquipélago de Bazaruto – Moçambique (2018)**

Concessionário		Capacidade		Trabalhador				Total
				Nacional		Estrangeiro		
		Quarto	Cama	H	M	H	M	
Pestana Bazaruto Lodge	4 estrelas	-	-	-	-	-	-	-
Anantara Bazaruto Island & Spa	5 estrelas	44	80	115	39	9	4	167
Gabriel Eco Island / Azura	4 estrelas	26	46	65	3	4	4	76
And Beyond Benguerra Island	5 estrelas	15	30	79	15	4	2	100
Kissawa Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Marlin Lodge	5 estrelas	17	34	8	2	0	0	10
Magaruque Lodge	4 estrelas	10	18					-
Hotel Santa Carolina	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTALS		112	208	265	59	17	10	353

Fonte: Questionário aplicado junto à gestão do Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (2018)

Quando um grupo hoteleiro se instala em determinado território e pela sua força e capacidade técnica e científica e informacional traz consigo as suas ações que impactam na comunidade impondo-lhes às vezes a necessidade de a comunidade definir as novas formas de ação coletiva e solidária.

Neste contexto, um país subdesenvolvido é uma formação socio-econômica dependente, um espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por esse motivo, sua organização do espaço é dependente. Essas forças externas têm sua própria lógica, que é interna às instituições e às empresas interessadas, mas externa em relação aos países a que pertencem. As instituições e empresas que impõem inovações técnicas ou organizacionais têm um objetivo comum a acumulação de capital (Santos, 2004).

Assim, o capital e as ações são controlados por uma rede internacional onde “as empresas multinacionais do turismo possuem consideráveis vantagens por sua localização em países que combinem atrações naturais com mão-de-obra barata” (Chesnais, 1996, p.203). Essa combinação atende à razão de lucratividade das empresas não proporcional aos salários auferidos pelos trabalhadores, principalmente da população autóctone que muitas das vezes não possui o nível de formação adequado para o tipo de infraestruturas e para a prestação de serviço nas referidas empresas. Além disso, os preços em polos de turismo tendem a aumentar, num contexto em que as empresas instaladas correspondem a uma rede

global e os preços estipulados atendem à competitividade estabelecida por um padrão de empreendimentos turísticos que se incorpora na lógica de mercado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise em tela apresentou uma abordagem da realidade dispendo do propósito de construção de processos horizontais, democráticos e cidadãos sinalizando para a necessidade de geração de políticas públicas sob o ponto de vista econômico, social e político com vistas a solucionar problemas sociais históricos, como a desigualdade e a pobreza estrutural. Nesse sentido, as relações entre os agentes e os sujeitos devem fluir com base em propostas de desenvolvimento humanitárias e solidárias em que os detentores do poder político e do planejamento devem estabelecer o diálogo horizontal fomentando o empoderamento das populações locais e não o contrário. No território estudado, isto é, no Arquipélago de Bazaruto (Moçambique) tal processo dista de se tornar realidade.

A condição fundamental das políticas públicas com vistas ao desenvolvimento à escala humana deveria incidir na valorização de um sistema econômico no qual prevalecesse a necessidade de potenciar o ser humano, reconhecendo as dificuldades de acordo com o contexto inserido, considerando que cada povo possui necessidades distintas, o que nem sempre se verifica nos territórios, de modo particular no território estudado, onde prevalece interesses exógenos.

O Estado como mediador no controle das receitas e arrecadador de impostos provenientes das atividades turísticas, por exemplo, deveria antes de tudo, propiciar benefícios sociais à população. No entanto, em geral este se apresenta contraditório no que tange ao controle social, a exemplo da falta de transparência na gestão do território, onde prevalecem os interesses das empresas turísticas e dos que ocupam funções na estrutura burocratizada do Governo. Outro problema diz respeito à fragilidade do setor público na arrecadação de impostos, ações essas também marcadas pela capacidade de manipulação de informações e dados por parte das empresas, quando muitas vezes ocorre distorções na produção e divulgação de dados e informações financeiras.

No interior desse processo, as empresas constituem uma base hegemônica de fundamental importância no processo de reestruturação produtiva do capital mundializado. Dotadas de capital e poder político, quando se pensa a política dos Estados, a política das empresas se apresenta de forma hegemônica, além de dispor de uma base técnica na qual se incrementam valores e intencionalidades visando à concentração de capital, com notório agravamento da segregação socioespacial e aumento da vulnerabilidade da população autóctone, nesse caso intrínseca ao desenvolvimento do turismo no Arquipélago de Bazaruto em Moçambique.

Portanto, torna-se necessário o fomento à expansão das liberdades individuais e grupais, focada nas pessoas e no aumento das suas capacidades e possibilidades de escolha, consolidada com as



construções e realizações coletivas que empoderam a população e lhes garante autonomia, corroborando com a participação efetiva dos autóctones nos processos de tomada de decisão, seja no tocante ao turismo ou outro vetor socioeconômico, fazendo com os planos e programas sejam efetivamente inclusivos visando o bem-estar coletivo.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F.F. de et all. **Turismo em foco: globalização e políticas públicas** In: AZEVEDO, F.F. de et all. Turismo em foco. Belém: Editora do NAEA. 2013.
- CHESNAIS, François. **Mundialização do Capital**. 1.ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORIOLANO, Luzia. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. 1.ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- CRUZ, Rita. **Política de Turismo e Território**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- COSSA, Sónia. **Marketing Estratégico no Combate à Sazonalidade. Caso de Estudo: Parque Nacional do Arquipélago de Bazaruto (Moçambique)**. Dissertação de mestrado em Turismo. Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril. Março, 2018. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/18263/1/2016.04.011.pdf> no dia 9 de Agosto de 2018 pelas 19h:47min.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Censo Populacional 2017**. Maputo: INE, 2017. Consultado em <http://www.ine.gov.mz/iv-censo-2017> no dia 27/08/2018 pelas 20h:35min
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Relatório de desenvolvimento humano 2015. O trabalho como motor de desenvolvimento humano**. Un plaza: Nova yorque, 2015.
- SANTOS, Milton. **Por outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 11.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. 1.ed. São Paulo: Companhia de Letras, 2010.
- MAX-NEEF, Manfred. **Desarrollo a Escala Humana: Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. 2.ed. Uruguai: Editorial Nordan-Comunidad e Incaria Editorial, S.A. 1998.
- MINISTERIO DA CULTURA E TURISMO. **O Plano Estratégico do Desenvolvimento do Turismo em Moçambique 2015 a 2024**. Maputo: MICTUR, 2015.
- World Economic Forum (WEF). **Travel & Tourism Competitiveness Report**. WEF: Geneva, 2017.
- ZECA, Emílio Jeovando. **Limites e fronteiras na Africa Austral: Moçambique e processo de delimitação e desafios da reafirmação fronteiriça da região**. Moções: revista de relações internacionais da UFGD, Dourados, v.2, nº 12, 9 de dez 2017.